STJ00114504

FRANCISCO JOSÉ CAHALI

CURSO DE ARBITRAGEM

MEDIAÇÃO • CONCILIAÇÃO • TRIBUNAL MULTIPORTAS

9ª edição

Atualizado com os Enunciados da II Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios.

Revista, ampliada e atualizada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

1912 • 2022
110 anos

STJ00114504

Curso de Arbitragem

• Mediação • Conciliação • Tribunal Multiportas

Francisco José Cahali

9.ª edição revista, ampliada e atualizada

1.ª edição: 2011 – *2.ª edição*: 2012 – *3.ª edição*: 2013 – *4.ª edição*: 2014 – *5.ª edição*: 2015 – *6.ª edição*: 2017 – *7.ª edição:* 2018 – *8.ª edição:* 2020.

© desta edição [2022]

Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda.

Juliana Mayumi Ono

Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13° andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2022]

Profissional/Universitário

Fechamento desta edição [21.01.2022]

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

ISBN 978-65-5991-311-4

STJ00114504

Sumário

AGRADECIMENTOS 7

APRESENTAÇÃO 9

1. INTRODUÇÃO 21
   1.1. Introdução às alternativas adequadas de resolução de disputas 23
   1.2. Breve histórico 30
   1.3. Bibliografia recomendada 37

2. ALTERNATIVAS ADEQUADAS PARA SOLUÇÃO DE DISPUTAS, A RES. 125/2010 DO CNJ – TRIBUNAL MULTIPORTAS E O MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015 39
   2.1. Introdução 41
   2.2. Conciliação, negociação, mediação e arbitragem 42
   2.3. Outras formas de solução de conflitos 51
   2.4. Tribunal multiportas 62
   2.5. Do conteúdo da Res. CNJ 125/2010 e estrutura proposta 69
      2.5.1. A "rede" de tratamento adequado dos conflitos 70
      2.5.2. Dos conciliadores e mediadores 72
   2.6. O modelo processual introduzido pelo CPC/2015 74
      2.6.1. Valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos no CPC/2015 74
      2.6.2. Integração do Mediador e do Conciliador no Código de Processo Civil como auxiliares da justiça 76
      2.6.3. Encaminhamento à mediação ou conciliação como etapa inicial do processo 80
      2.6.4. Particularidades da Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 quanto à mediação judicial 86

STJ00114504

2.7. Bibliografia recomendada 87

3. MEDIAÇÃO 89
3.1. Introdução 91
3.1.1. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 95
3.2. Princípios norteadores da mediação 96
3.3. Técnicas de mediação 103
3.4. A latitude (dimensão) da mediação 105
3.5. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – suas particularidades 111
3.5.1. Dos mediadores 111
3.5.2. Do procedimento de mediação privada 112
3.5.3. O início da mediação privada 113
3.5.4. O desenvolvimento da mediação privada 116
3.5.5. O encerramento da mediação privada 118
3.6. Bibliografia recomendada 120

4. ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA 121
4.1. Arbitragem – noções gerais e vantagens do instituto 123
4.2. A Lei 9.307/1996 126
4.2.1. A constitucionalidade da Lei 9.307/1996 129
4.3. Natureza jurídica da arbitragem 131
4.4. Bibliografia recomendada 137

5. ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES 139
5.1. Arbitrabilidade 141
5.2. Princípios norteadores da arbitragem 144
5.2.1. Autonomia privada (autonomia da vontade) 144
5.2.2. *Kompetenz-Kompetenz* 147
5.2.3. Devido processo legal 155
5.3. Espécies de arbitragem – institucional ou avulsa (*ad hoc*) 156
5.3.1. Arbitragem institucional 157
5.3.2. Arbitragem *ad hoc* ou *avulsa* 160
5.4. Bibliografia recomendada 160

6. CONVENÇÃO ARBITRAL 161
6.1. Da convenção de arbitragem 163
6.2. Da cláusula compromissória 164

STJ00114504

6.2.1. Cláusula compromissória nos contratos de adesão 167
6.2.2. Extensão da cláusula compromissória a terceiro não signatário ou a novos contratos entre as partes, mas ausente nestes previsão expressa de arbitragem. 174
6.2.3. Cláusula arbitral cheia 179
6.2.4. Cláusula arbitral vazia 182
6.2.5. Cláusula arbitral patológica 189
6.2.6. Cláusula escalonada 193
6.3. Da autonomia da cláusula compromissória 198
6.4. Do compromisso arbitral 199
6.4.1. Da extinção do compromisso arbitral 207
6.5. Dos efeitos da convenção arbitral 209
6.5.1. Da forma de arguição em juízo estatal da existência da convenção arbitral 211
6.6. Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro 214
6.7. Bibliografia recomendada 215

7. DOS ÁRBITROS 217
7.1. Considerações iniciais 219
7.2. Quem pode ser árbitro 220
7.3. A escolha dos árbitros 225
7.3.1. A escolha dos árbitros na arbitragem multipartes 229
7.3.2. Quanto ao número de árbitros 233
7.3.3. O presidente do tribunal arbitral 234
7.3.4. Nomeação de secretário 235
7.4. Atributos dos árbitros 236
7.5. Do impedimento e suspeição do árbitro 244
7.6. Da substituição do árbitro 249
7.7. Da responsabilidade penal do árbitro 250
7.8. Da responsabilidade civil do árbitro 250
7.9. O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença 253
7.10. Bibliografia recomendada 255

8. PROCEDIMENTO ARBITRAL 257
8.1. Considerações iniciais – as regras do procedimento arbitral 259
8.2. Dos princípios informativos do procedimento arbitral 261
8.3. Da cronologia do procedimento 265

STJ00114504

8.4. A instauração da arbitragem 266
8.4.1. A exceção de recusa do(s) árbitro(s) 272
8.4.2. A arguição de vícios relativos à competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção 276
8.4.3. A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção 279
8.5. A organização da arbitragem 281
8.5.1. A falta de assinatura no termo de arbitragem 285
8.6. Bibliografia recomendada 288

9. PROCEDIMENTO ARBITRAL – II 289
9.1. Introdução 291
9.2. Do desenvolvimento da arbitragem 292
9.2.1. Fase postulatória 292
9.2.2. Dos atos processuais 294
9.2.3. Da revelia 295
9.2.4. Da conciliação 297
9.3. A produção de provas na arbitragem 298
9.3.1. Do depoimento das partes 301
9.3.2. Do depoimento das testemunhas 302
9.3.3. Do depoimento das testemunhas técnicas – *expert witnesses* 304
9.4. Casuísticas no curso do procedimento 306
9.4.1. As despesas com a arbitragem 306
9.4.2. A confidencialidade na arbitragem 312
9.4.3. A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem 314
9.4.4. A participação do advogado e assistente da parte 318
9.5. Bibliografia recomendada 318

10. TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 321
10.1. Considerações gerais sobre tutelas provisórias de urgência e de evidência 323
10.2. Das tutelas provisórias de urgência na arbitragem 326
10.2.1. Tutelas provisórias de urgência antecedentes 326
10.2.2. Medidas de urgência no curso da arbitragem 336
10.2.3. Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas de urgência 338
10.3. Tutela provisória de evidência (antecipada) na arbitragem 340

STJ00114504

10.4. Cooperação do Poder Judiciário 343
10.5. Da carta arbitral – O Código de Processo Civil de 2015 e a Reforma da Lei de Arbitragem 348
10.6. Bibliografia recomendada 353

11. SENTENÇA ARBITRAL 355
11.1. Introdução 357
11.2. Do prazo para ser proferida a sentença arbitral 358
11.3. Requisitos da sentença arbitral 361
11.3.1. Documento escrito 361
11.3.2. Relatório, fundamentação e dispositivo 362
11.3.3. Data e lugar em que a sentença é proferida 364
11.4. Da comunicação da sentença arbitral 365
11.5. Julgamento proferido por tribunal arbitral 366
11.6. Pedido de esclarecimento 371
11.6.1. Correção de erro material 371
11.6.2. Pedido de esclarecimento 372
11.6.3. Do prazo para se aditar a sentença 373
11.7. Sentença parcial (julgamento por etapas) 374
11.8. Efeitos da sentença arbitral 378
11.8.1. Liquidez da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa ... 379
11.8.2. O título executivo 379
11.9. Bibliografia recomendada 380

12. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL 383
12.1. Introdução 385
12.2. O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento 386
12.2.1. Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação ... 388
12.3. Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva *lato sensu* 391
12.4. Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro 397
12.4.1. Prazo para cumprimento da sentença 399
12.4.2. Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença... 401
12.4.3. A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo 403

STJ00114504

12.4.4. Defesa 404
12.5. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer ... 412
12.5.1. A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia 413
12.6. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa ... 415
12.7. Da execução da sentença arbitral contra a fazenda pública 416
12.8. Bibliografia recomendada 417

13. INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL 419
13.1. Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto 421
13.2. Das causas de desconstituição da sentença arbitral 427
13.3. Do prazo para a propositura da ação 435
13.4. Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral 436
13.4.1. Sentença que não decide todo o litígio submetido à arbitragem 440
13.5. Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral 442
13.6. Bibliografia recomendada 446

14. ARBITRAGEM TEMÁTICA 449
14.1. Introdução 451
14.2. Arbitragem no direito trabalhista 452
14.2.1. Arbitragem nos dissídios coletivos 452
14.2.2. Arbitragem nos dissídios individuais 454
14.3. Arbitragem no direito falimentar 461
14.4. Arbitragem no direito societário 465
14.5. Arbitragem e a administração pública 473
14.6. Arbitragem no direito de família 480
14.7. Arbitragem no direito das sucessões 485
14.8. Arbitragem nas relações de consumo 489
14.8.1. Compromisso arbitral nas relações de consumo 496
14.8.2. Modelos estrangeiros para a solução adjudicada nas relações de consumo 497
14.9. Bibliografia recomendada 500

15. ARBITRAGEM INTERNACIONAL E HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA 503
15.1. Objeto deste capítulo 505
15.2. Arbitragem doméstica e arbitragem internacional 505

STJ00114504

15.3. Escolha de Lei aplicável ao mérito da controvérsia 509
15.4. Homologação de sentença arbitral estrangeira 512
15.4.1. Normativa, objeto e competência 512
15.4.2. Fundamentos para denegação 514
15.5. Bibliografia recomendada 522

BIBLIOGRAFIA 525

ANEXOS – LEI 9.307/1996, LEI 13.140/2015, NORMAS, ENUNCIADOS E JURISPRUDÊNCIA EM TESES PERTINENTES À ARBITRAGEM, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO 539
Anexo 1 – Lei de Arbitragem – Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996 541
Anexo 2 – Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – Marco Legal da Mediação 555
Anexo 3 – Emenda Regimental 18, de 17 de Dezembro de 2014, do Superior Tribunal de Justiça – Alteração do Regimento Interno 569
Anexo 4 – Conciliação e Mediação no Código de Processo Civil de 2015 573
Anexo 5 – Artigos do CPC/2015 relacionados à Arbitragem 591
Anexo 6 – Enunciados das Jornadas de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios 603
Anexo 7 – Superior Tribunal de Justiça – Jurisprudência em teses – edição nº 122: da arbitragem 617

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 625